



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora KÁTIA ABREU

### EMENDA Nº 167 - Plen (à PEC nº 133, de 2019)

Dê-se a seguinte redação ao § 5º do art. 23 da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019:

**Art. 23.** .....

§ 5º Para o dependente com deficiência intelectual, mental ou grave, a condição de deficiência pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado ou servidor público, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

.....”

### JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo que pretendemos corrigir na Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, afirma que o reconhecimento da condição do dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, para fins de pensão por morte, pode ocorrer antes do óbito do segurado do Regime Geral de Previdência Social, observada revisão periódica na forma da legislação.

Tal revisão, contudo, implicará, na prática, o esvaziamento da proteção assegurada na parte inicial do dispositivo. Isso porque, ainda que a deficiência seja reconhecida antes do falecimento do pai ou mãe (ou outra pessoa que garanta o sustento dos dependentes com os mencionados impedimentos), pode ser afastada posteriormente, por ocasião de revisão



SF/19235.10546-06

Página: 1/4 17/09/2019 16:38:08

a72607c13e4932914fa1285e2b4b4df4abc33a2e



realizada após o óbito do segurado ou servidor público. Com isso, desaparecerá a proteção pretendida para os filhos nessas condições.

**A exigência de revisão periódica é perversa em relação aos citados dependentes, porque pode ensejar seu desamparo após o falecimento do pai/mãe ou outro.** Isso porque, no caso de eventual não reconhecimento da deficiência por ocasião de revisão realizada por ocasião do óbito, aquelas pessoas não teriam chance, na maioria das vezes, de defesa administrativa ou judicial.

Além disso, a insegurança jurídica desencadeada por tal situação gera um sofrimento emocional enorme às famílias, que vivem o receio permanente de que os seus filho com deficiência intelectual, mental ou grave fiquem desamparados posteriormente ao óbito daqueles que lhes assegura o sustento.

Importante destacar que, diferentemente do que ocorre com a deficiência intelectual, mental ou grave – reconhecida mediante avaliação biopsicossocial –, a condição de “invalidez”, ou incapacidade permanente para o trabalho, pode eventualmente ser alterada ao longo da vida, de modo a gerar para esse dependente, a partir da modificação da sua condição, a possibilidade de autossustento e, conseqüentemente, a desnecessidade de recebimento de pensão por morte.

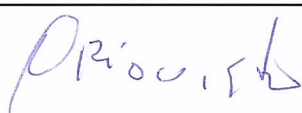
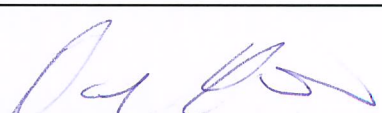
Vale registrar também que a alteração requerida não tem repercussões orçamentárias.

Por isso, retiramos do texto a necessidade de revisão periódica da avaliação.

Contamos, pois, com o apoio dos nossos Pares para que seja corrigida essa matéria no texto da PEC nº 6, de 2019.

Sala da Comissão,

Senadora KÁTIA ABREU

	
---	--



SF/19235.10546-06

Página: 2/4 17/09/2019 16:38:08

a72607c13e4932914fa1285e2b4b4df4abc33a2e



mara gabrilli	W G
Paulo Fery	Paulo Fery
Confiança Matar	Confiança
Weverton Rocha	Weverton Rocha
Eduardo Gomes	Eduardo Gomes
Sen. Jaime Campos	Sen. Jaime Campos
Rose de Freitas	Rose de Freitas
Kayuu	Kayuu
Sen. Flávio Almeida	Sen. Flávio Almeida
Mercedi Castro	Mercedi Castro
Eduardo Gomes	Eduardo Gomes
Sty	Sty
trad	trad
acur	acur
REGUFFE	REGUFFE
AROLDE	AROLDE
Alvoro	Alvoro
Sen. Wellington Fag.	Sen. Wellington Fag.
Melinda Renna	Melinda Renna
marcos do va	marcos do va



SF/19235.10546-06

Página: 3/4 17/09/2019 16:38:08

a72607c13e4932914fa1285e2b4b4df44abc33a2e



ERIKASO BRAGA	
Ronan	
Olimpus	
Romário	
OMAR	
IZALDO WENDY	
Soraya Thronick	
Simone	

We. Viana

Handwritten signature/initials



SF/19235.10546-06

